

The background of the cover is a collage of mosaic fragments. At the top left is a profile of a man's head. To its right is a central floral motif within a hexagonal frame. Further right is another profile of a man's head. Below these are more geometric patterns, including a star-like shape. In the middle, a large dark brown rectangle contains the title text. Below the title are two fragments of mosaic with Latin inscriptions: 'COALIT' and 'ANNO' on the left, and 'LXV SOVINTI' and 'GERMINUS' on the right. At the bottom are two large fragments: one with a circular geometric pattern and another with a detailed portrait of a man's face.

ANAIS DO MUNICÍPIO DE FARO

Volume LIII 2021

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Anais do Município de Faro | Volume XLIII - 2021

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Município de Faro

DIRETOR

Guilherme d'Oliveira Martins | *Jurisconsulto e Professor Universitário*

CONSELHO COORDENADOR

Paulo Santos | *Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro*

Sandra Martins, *Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo*

Elsa Vaz, *Técnica Superior da Divisão de Bibliotecas e Arquivo*

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Ana Martins | *Universidade de Évora*

Andreia Fidalgo | *Historiadora / Instituto Universitário de Lisboa / FCHS - UAlg*

Artur Barracosa Mendonça | *Professor do EB e Secundário e Investigador de História Regional e Local*

Carmina Cavaco | *Universidade de Lisboa (Geografia)*

Elsa Vaz | *Biblioteca Municipal de Faro*

Fernando Pessanha | *Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes / VRSA*

Guilherme d'Oliveira Martins | *Jurisconsulto e Professor Universitário*

João Leal | *Jornalista*

João Pedro Bernardes | *Universidade do Algarve / CEAACP*

João Pedro Dias Magalhães Silva | *Arquiteto*

José d'Encarnação | *Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Joaquim Manuel Vieira Rodrigues | *Investigador Integrado - História, Território e Comunidades – FCSH-UNL*

José d'Encarnação | *Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património Fac. Letras Univ. Coimbra*

José Manuel Martins | *Professor do Ensino Secundário*

Lídia Jorge | *Escritora*

Luís Filipe Oliveira | *Universidade do Algarve / I.E.M. – FCSH-Nova*

Marco Lopes | *Diretor do Museu Municipal de Faro*

Marco Sousa Santos | *Historiador de Arte*

Martina del Rio João | *Investigadora*

Susana Paté | *Chefe de Unidade de Conservação e Restauro – Museu Municipal de Faro*

Teresa Rita Lopes | *Professora Catedrática e Escritora*

REVISÃO

Elsa Vaz

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Gráfica Comercial

FOTOGRAFIAS DA CAPA

Elsa Vaz e Marco Pedro

DEPÓSITO LEGAL : 36142/90

ISSN : 0871-0872

CONCEÇÃO GRÁFICA

Cristina Palma

TIRAGEM

1000 exemplares

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores, assim como o uso ou não do acordo ortográfico

OSSÓNoba HOMENAGEOU O IMPERADOR AURELIANO – PORQUÊ?

José d'Encarnação

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Fac. Letras Universidade de Coimbra

Resumo

Revisita-se a inscrição IRCP 4, com o objetivo de se enquadrar esta homenagem a Aureliano no âmbito da política geral e local na 2ª metade do século III.

O propósito de se exprimir, desta forma, fidelidade ao poder central, a fim de também se obterem benesses no âmbito económico, parece ter sido, de facto, a intenção primordial dos magistrados ossonobenses.

Palavras-chave: Ossónoba; Lusitânia; Aureliano; culto imperial.

Abstract

The inscription IRCP 4, solemn dedication to the emperor Aurelianus, is, in fact, an evident demonstration of the local fidelity to the Roman central government. It reveals – no doubt – the common symbiosis religion/politic, but, here, in this strategic maritime *civitas*, the economic raisons are also, certainly, most important.

Key-words: *Ossonoba*, *Lusitania*, *Aurelianus*, imperial cult.

1. O monumento

Guarda o Museu Municipal um pedestal romano, de calcário, com inscrição dedicada ao imperador Aureliano, que reinou em Roma de 270 a 275.

As suas medidas – 96 cm de altura, 50 de lado e 44 de espessura – e o facto de apresentar no topo superior uma concavidade com pequeno sulco adjacente sugerem que poderá ter servido de pedestal, como se disse, a um busto do imperador, de preferência a uma escultura de corpo inteiro. Esse busto desapareceu, o que não causa admiração, por dois motivos: um, o

económico, porque sendo de mármore facilmente seria transformado em cal, como era hábito; outro, o ideológico, porque o Cristianismo declarou guerra às imagens, não só para apagar a memória dos agentes ditos pagãos como também para evitar qualquer acto de idolatria.

O monumento foi encontrado em finais do século XIX, integrado nas muralhas da cidade, o que também não é de admirar, porque tudo o que era pedra boa e, sobretudo, existente no local onde era precisa, de pronto se aproveitava para as muralhas, independentemente de ter, ou não, inscrição, para mais, difícil de entender. Deduzir-se-á, por isso, que a localização primitiva do pedestal se não se deveria situar longe, o que, aliás, se corrobora com o facto de, pelas suas características, ter sido levantado no que foi o fórum da cidade romana, que as investigações por ali têm localizado. Diligenciou o Cónego Pereira Botto a sua entrada no então Museu Lapidar Infante D. Henrique e José Leite de Vasconcelos apressou-se a dela dar conhecimento (1900, p. 43-44), informação que passou, sem alterações, para os corpora epigráficos internacionais: EE IX 1, AE 1897 49 e 1900 31.

A inscrição encontrava-se, de facto, bem legível, de modo que Leite de Vasconcelos a interpretou sem dificuldade:

IMP(eratori) ◀ CAES(ari) / L(ucio) ◀ DOMITIO / AVRELIANO / PIO ◀ FEL(ici) ◀ AVG(usto) / ⁵P(ontifici) ◀ M(aximo) ◀ T(ribunicia) ◀ P(otestate) ◀ P(atri) ◀ P(atriciae) ◀ II (iterum) CO(n)S(uli) PROC(onsuli) / R(es) ◀ P(ublica) ◀ OSSONOB(ensis) / EX DECRETO ORDIN(is) / ¹⁰D(evota) ◀ N(umini) ◀ M(aiestatique) ◀ EIVS / D(edit) D(edicavit) ◀

Não apresentou exactamente assim a leitura, porque se preferiu, agora, adaptá-la para melhor se entender: ficou em maiúsculas o que está na pedra; fizeram-se os desdobramentos entre parêntesis e em itálico; numeraram-se as linhas de 5 em 5; colocou-se o sinal de copas para simbolizar que nesses locais da epígrafe foi colocado o desenho de uma hera, destinado a distinguir as palavras umas das outras; por isso, a essa hera se dava, em Latim, o nome de *hedera distinguens*. A sua utilização indicia conhecimento perfeito, por parte do lapicida, do que eram as regras a seguir na maquetização de uma epígrafe, para a tornar mais legível e, até, agradável à vista.



Em português, poder-se-á apresentar a seguinte tradução:

Ao Imperador César Lúcio Domício Aureliano, Pio, Feliz, Augusto, pontífice máximo, no seu poder tribunício, pai da Pátria, cônsul pela segunda vez, pro-cônsul – a República Ossonobense, por decreto da ordem, ofereceu e dedicou, por devoção ao seu númen e majestade.

2. **Explicitação da epígrafe**

À excepção de um pormenor, de que adiante se falará, o texto não oferece dúvidas para os epigrafistas, habituados já a estas nomenclaturas. Amiúde, porém, esquecemos que também os leigos na disciplina poderão ter curiosidade em saber da razão de tantas palavras. ¿Que estará, de facto, subjacente a todas e a cada uma delas, sabendo nós que uma epígrafe talhada na pedra tem o seu custo e quanto menos se escrever menos dispendioso ficará para o encomendante?

a) **A identificação do imperador**

O homenageado é Lúcio Domício Aureliano. Identifica-se como é vulgar em Roma, com três nomes: o praenomen, o nomen e o cognomen.

O *praenomen* – *Lucius* – já não tem, nessa altura, qualquer significado concreto. Longe vai o tempo em que significava «o que nasceu ao romper d'alva»! Agora só se usaria no seio da família e, mesmo assim, raramente. Nada que se compare com os nossos António, José, Alfredo... que, apesar de mui comuns, podem ter uso em casa e fora dela.

Domitius é o nome de família, certamente herdado do pai, ainda que sempre se fale das suas origens humildes. O pai seria camponês, seu nome não passou para a história.

Aurelianus é o *cognomen*, justamente o nome por que o conhecemos, dado que se tratava do nome próprio da pessoa, que a distinguia mesmo no seio da família. Pertence este antropónimo ao grupo dos que se dizem formados a partir de um gentílico, sendo, por isso, aliciante pensar que foi formado a partir do gentílico de sua mãe, uma *Aurelia*. Nada se sabe, todavia, embora conste que era sua mãe uma liberta (de um membro da família Aurélia?), sacerdotisa do deus Sol, o que poderá estar na base da sua preocupação, já imperador, de consolidar o culto a essa divindade, o Sol Invicto, identificado com Mitra.

Precedem o seu nome duas palavras: imperador e César. Detêm ambas

significados muito concretos e praticamente todos os imperadores romanos as usaram, seguindo o exemplo do primeiro. *Imperator* era o nome que se dava ao chefe militar vitorioso; regressado a Roma, depois de uma auspiciosa campanha, o imperador era aclamado *imperator*. Adoptando-o para primeiro elemento do seu nome, Augusto desejou assinalar, com isso, que ao exército devera a sua subida ao trono. Por sinal, nesta epígrafe, não há referência alguma, mais adiante, a essas aclamações, porque – diga-se desde já – a intenção, aqui, não é salientar as inúmeras vitórias conseguidas por Aureliano; o carácter militar está, aqui, totalmente alheio ao que se pretende. A adopção do nome *Caesar* remonta igualmente ao costume introduzido por Augusto e pretende realçar que o imperador segue uma linha hereditária, que radica em Júlio César, o pai adoptivo do primeiro imperador.

Há, de seguida, três adjectivos de grande importância e repercussão pelos séculos fora, dado o seu significado profundo: *pius, felix, augustus!* Na legenda da estátua de D. Maria I, em Queluz, por exemplo, a Rainha é dita *Portugaliæ Regina Pia Felix Augusta!*. *Pietas*,



em latim, uma das qualidades maiores que se podia atribuir a alguém, por ser 'bom' para com os deuses e os homens (Pereira 2002, 338-342). Daí que, nos epítáfios, um dos louvores maiores que pode fazer-se ao defunto é declará-lo *piissimus* ou *pien-tissimus*, modelo de piedade. Quanto a *felix*, é atributo que gostaríamos de ter em todos os nossos governantes: se fossem felizes, se estivessem bem dentro da sua pele, essa felicidade irradiariam e todas as medidas tomadas iriam nesse sentido, para o bem-estar do seu povo. *Augustus* tem, por seu turno, uma conotação que transcende o plano humano. Augusto quis chamar-se assim para declarar

que detinha o poder por intervenção divina, anunciado como estava para aumentar, engrandecer... Raramente nos apercebemos que 'augusto' é o antónimo de 'angusto', apertado, donde vem a palavra 'angústia'. Não, Augusto viera para desfazer angústias e todos os seus sucessores proclamaram que lhe deviam seguir o exemplo!

As palavras seguintes – à excepção de «Pai da Pátria», que detém carácter encomiástico e quase apotropaico – referem-se à área política:

- Pontífice Máximo, o sacerdote supremo, o elo de ligação privilegiado entre o povo e os deuses; a declaração de que a religião estava intimamente apegada à política; não que se estivesse num estado teocrático como o fora o dos Egípcios – o faraó era deus – mas, sempre que necessário, o imperador poderia agir em nome dos deuses;

- O poder tribunício: desde os primórdios da República que aos tribunos do povo fora dada a prerrogativa de legislarem; Augusto assume esse poder no momento em que sobe ao trono, a fim de lhe ser dada a possibilidade de fazer leis; todos os imperadores viam anualmente renovado esse poder (*potestas*, uma palavra que assume, não há dúvida, notações políticas e religiosas...), no dia em que celebravam o aniversário da sua ascensão ao trono. No caso de Aureliano, discutem os investigadores em que dia o imperador renovaria o poder tribunício, na medida em que surgem anomalias nas inscrições.

- O consulado: enquanto o poder tribunício conferia a possibilidade de legislar, o consulado equivalia ao supremo poder militar; era renovado sempre que tal se considerasse necessário e era o número dessas renovações que surgia nas inscrições. Aureliano foi nomeado cônsul pela segunda vez para o ano de 274.

- O proconsulado: esta menção assinala, na generalidade, um poder militar vasto, ou seja, sobre todo o Império. Aureliano assumiu-o, por se ter envolvido em inúmeras campanhas militares.

b) O dedicante e as suas razões

Identificando-se em parte mediante siglas – a dar a entender que eram, na época, perfeitamente compreensíveis – o dedicante é a *R(es) P(ublica) OSSONOB(ensis)*. Podemos perguntar-nos da razão da opção *respublica* em vez de *civitas*. Afigura-se-me lógica: *civitas* aponta mais no sentido de 'população', 'conjunto de cidadãos'; *respublica* é, ao invés, um todo orgânico, e a dedicatória é mesmo resultante de uma decisão oficial. Por isso, aliás, se faz questão em que esse aspecto venha claramente expresso,

quase sem abreviaturas: *ex decreto ordin(is)*, por decreto da ordem dos decuriões, assembleia cujas funções poderíamos equiparar às das nossas actuais assembleias municipais. Uma intervenção política clara!

Em siglas – por ser já, na época, frase habitual – vem o motivo oficial da dedicatória: a república ossonobense declara-se devota do númen e da majestade imperial. Devotar-se significa ‘entregar-se’, aceitar, sem tergiversar, o poder de alguém. E esse alguém, aqui, está revestido de duas qualidades divinas: o númen, conceito íntimo, e a majestade, demonstração exterior desse poder. A declaração evidente e confessa de uma subordinação a quem, além do poder político, detém prerrogativas divinas.

As siglas finais têm sido interpretadas como *dedit dedicavitque* – «deu e dedicou». A acentuar a solenidade do acto: o busto e o seu pedestal foram oferecidos pela comunidade e houve cerimónia dedicatória, certamente de acordo com o costumado ritual.

3. *A razão da homenagem*

As últimas palavras sugerem devoção, acto sincero de respeito, aceitação de um poder que do divino dimana. Permita-se-me que recorde de novo, a esse propósito, a placa de Perúgia, em que a população dedica, em 1780, ao númen e à majestade do Papa Pio VI, «pontífice máximo», a construção de uma cúria (Encarnação 2015, p. 132-134). Uma atitude que perdurou pelos séculos fora.

Mas... ¿será essa, a devoção, a razão real? Nada nos impede também de pensar que Ossónoba se quis associar ao júbilo do Império por Aureliano ter logrado obter vitórias sobre Palmira e sobre o Império das Gálias, assim reunificando o orbe romano, o que lhe valeu, como imperador único, o epíteto de *restitutor orbis*. Esse epíteto não consta, todavia, da inscrição de Ossónoba...

Conhecida desde há muito, como se assinalou, esta epígrafe tem também sido chamada à colação porque parece enfermar de anomalias no que concerne aos títulos imperiais. Confesso que não se me afigura relevante ter-se indicado o número de vezes em que o imperador exerceu o consulado antes da palavra *consul*, quando o normal era vir depois. Já a ausência do número do poder tribunício, que, datando a epígrafe do ano 274, deveria ser o quinto (V), carece de explicação.

Torna-se bem visível, de facto, perante a ausência da menção aos títulos relacionados com as campanhas militares (*Germanicus Maximus, Dacicus Maximus, Sarmaticus Maximus, etc.*), que, mais do que encarado como chefe político e militar, Aureliano é tido, aqui, como o detentor do poder em Roma, mais um símbolo do que uma realidade concreta cujo poder tribunício foi renovado; daí a omissão de referências aos seus méritos militares e o relativo descuido em relação às questões administrativas.

Testemunho duma assimilação rápida do formulário oficial e do bom funcionamento das estruturas municipais, documenta também a fidelidade a Roma, num momento em que se regista uma viragem no culto ao imperador, a quem passa a ser claramente atribuído um carácter sobrenatural, por influência das religiões orientais, principalmente do culto a Mitra (IRCP, p. 47).

Chegados a este ponto, importa indagar sobre o carácter único, ou não, desta epígrafe, partindo nós do princípio de que mais dedicatórias destas terá havido. O facto de dispormos agora de *corpora* atualizados que nos elucidam sobre essa eventual ocorrência facilita-nos grandemente a pesquisa.

Vejamos, em primeiro lugar, o que ocorre no âmbito peninsular, pois dele se não pode desgarrar *Ossonoba*, por mais periférica que esteja em relação ao resto da Hispânia.

Na Lusitânia, esta é, até ao momento, a única inscrição dedicada a Aureliano, uma vez que dos fragmentos com os quais se propôs reconstituir uma inscrição a Aureliano, em Santiago do Cacém (Encarnação 1984/1988), se não pôde chegar a uma conclusão satisfatória e nem se logrou perceber de que tipo de monumento se trataria realmente.

Mais próxima da epígrafe de Ossónoba é a de Córdoba (HEPOL nº 3837), onde se indica como dedicante a *res publica Astigitana*, que também se declara *devota numini maiestatique*. Entre os títulos imperiais inclui a mais o título de *Invictus*, mas omite todos os outros, confirmando o que atrás se disse acerca do carácter atribuído ao imperador nestas dedicatórias em que os aspectos militares não têm cabimento.

No pedestal de Sevilha (HEPOL 4585), o imperador também é designado *Invictus* mas, por estar incompleto, desconhece-se o motivo da dedicatória e, inclusive, quais os dedicantes.

Boa parte de HEPOL 8172 – eventual pedestal a Aureliano, de Cazlona

(Jaén) – foi reconstituída e a sua autenticidade posta em causa, pelo que não adianta tê-la em consideração.

Em HEpOL 10123, pedestal hoje perdido, dado como proveniente de Isona, também se omite o número do poder tribunício e o imperador é cônsul pela segunda vez, pelo que os autores de IRC II 22 a consideram datável de 274 e «emanando, sem dúvida, da ordo *Barcinonensium*».

Na inscrição HEpOL 10176, de Barcelona, pedestal paralelepípedo em calcário de Santa Tecla (ICR IV nº 25) vêm todos os títulos militares; a ordo *Barcinonensium* declara-se devota (*semper devotissima*, sugerira Hübner em CIL II 4506) do númen e da majestade imperial, a que chama também *principi n(ostro)*. São indicados os números do poder tribunício e do consulado, mas erradamente.

De Valência, há a inscrição dedicada *L(ucio) Dom(itio) Aureliano deo* pelos *Valentini veterani et veteres* (HEpOL 11874). Ao comentá-la, o saudoso Josep Corell anotou (1997, p. 91) que, embora em moedas surja a legenda *deo et domino*, nenhum outro imperador havia ostentado esse título *deus* em vida, acreditando-se que o imperador haja diligenciado no sentido de, em 274, lhe serem outorgados os títulos *deus et dominus*. Registrem-se, nesse âmbito, as seguintes inscrições:

– Em Cesena, na Itália, a inscrição EDCS-24600992, referente ao restauro do *Balneum Aurelianum*, levado a efeito já no reinado de Probo, faz alusão expressa ao gesto magnânimo imperial, tingindo-o de religiosidade: *quam deus Aurelianus concesserat*.

– De Khemissa, a romana *Thubursicum Numidarum*, na *Africa proconsularis*, temos a homenagem da *res publica coloniae Thubursicensis* ao *deus Aurelianus* (EDCS-13001119). O editor Theodor Mommsen comentou: «Vivo Aureliano dedicata est, scilicet quem deum et dominum natum ipsi nummi praedicent» (CIL VIII 4877), o que vem ao encontro do que Josep Corell indicara acerca da legenda monetária e corrobora não apenas a divinização de Aureliano, antecedita pelo seu empenho em ser considerado 'deus', por influência, como se sugeriu, das doutrinas mitraicas.

– Em EDCS-33500456, também da *Africa proconsularis (Limisa)*, falta o começo da inscrição, de modo que a reconstituição [*Deo(?) Au]reliano* é duvidosa. Ainda na mesma província romana, no *Vicus Annaeus*, a epígrafe EDCS-08601002 traz apenas *Deo Aureliano*, expressão única que se leu na coluna de mármore que existiu numa praça da cidade espanhola de Sagunto (EDCS-09100348), esta, mui provavelmente, já erigida após a morte do imperador, ocorrida em 275.

Um domínio em que se manifesta o poder do imperador é o traçado das vias ou a sua consolidação, intervenção plasmada nos miliários. No que concerne à Hispânia, HEpOL 14558, de Arenas de Iguña, na *Cantabria*, é um miliário. Ao estudá-lo, José Manuel Iglésias Gil e Alicia Ruiz (1998, nº 34) comentam que é o único conhecido até então na província da *Hispania Citerior*. «Dentro de la Península Ibérica», acrescentam (p. 107), «tan sólo se documenta otro en la Bética, procedente de Córdoba (CIL II 4732)», que se perdeu. Trata-se de HEpOL 1681: o nome do imperador figura em nominativo e a epígrafe está incompleta: *Imp(erator) Caes(ar) / L(ucius) Domitius / Aurelian(us) / Pius Fel(ix) / Invictus / p(ontifex) m(aximus) tr(ibunicia) p(otestate)* [...]. Aproveite-se para dar conta de que HEpOL 5240, de Córdoba, é também um miliário e poderemos interrogar-nos se não se trata do mesmo, reencontrado: a leitura dada em HEp 1, 1989, 274 é deveras semelhante. Por conseguinte, quer estejamos perante a existência de dois ou de três miliários, não é possível considerar relevante qualquer acção de Aureliano no plano viário peninsular, tendo, inclusive, em conta que, já nessa segunda metade do século III, começara a tendência para se privilegiarem as vias como locais de louvor ao poder central ou de manifestação de apoio a esse poder (Encarnação 1995-1996). Giovanna Sotgiu dedica aos miliários e à 'viabilità' o capítulo III (p. 33-56) do seu livro e aí assinala, justamente, a progressiva fusão entre a terminologia usada nas dedicatórias e nos miliários, onde, por exemplo, o uso do dativo é revelador de tal simbiose. A maior parte dos miliários de Aureliano data dos últimos anos do seu reinado e provém de África.

4. Conclusões

Reinou Aureliano de 270 a 275. O apanhado que atrás se fez de inscrições dedicadas a este imperador constitui mui pálida ideia das largas centenas de monumentos que o homenagearam.

Assinala John F. White (2015) o facto de, no curto espaço de cinco anos, o imperador Aureliano ter logrado expulsar todos os bárbaros de junto do *limes*, reunificar todo o império e lançar mão a inúmeras reformas tanto na vida corrente como no âmbito religioso e na administração pública. Um verdadeiro 'super-homem', opina White, que acrescenta: sem Aureliano, o período 'negro' da história de Roma teria durado uns séculos mais. Philip Matyszak, na recensão que faz ao livro de Alaric Watson, não hesita em afirmar: «Aurelian is clearly a hero to the author».

É, pois, essa imagem de *restitutor orbis* que suscitará a sua divinização.

Fica claro que a circunstância de ter sido *Ossonoba* a única cidade da Lusitânia a homenagear o imperador Aureliano é sintoma da sua importância e, de modo especial, da sua estreita ligação com o resto do Império, em que essas dedicatórias se fizeram.

Também parece fácil de perceber, pelo teor dessas homenagens, que na pessoa do imperador se preza, acima de tudo, o facto de ser garante do bem-estar do seu povo. Certo é que tal prerrogativa se encontra intrinsecamente ligada aos êxitos militares; contudo, não deixa de ser esclarecedora a circunstância de não ter havido, por parte dos dedicantes – em larga percentagem as comunidades urbanas (Étienne 1958, p. 501-504) –, a menor preocupação em o assinalar, preferindo acentuar as qualidades morais.

Essa tendência prende-se também com a crescente atracção sentida pelo imperador em relação aos cultos místéricos quiçá por influência materna, e com a visão da existência que veiculavam. Pode estranhar-se que, nesse domínio, a população de *Pax Iulia* não haja singrado por tal caminho, tão ligada como parece ter estado a essas ideologias, haja em vista o papel desempenhado, por exemplo, pelo *sodalitium Bracarorum* (Encarnação *et alii*, 2018). Porventura, e essa pode ser uma explicação, deslocara-se para o litoral o eixo da economia nesse final do século III na área meridional da Lusitânia e *Pax Iulia* não se abra tanto ao exterior como seria de esperar. E não deixará de ser curioso verificar que, se os fragmentos epigrafados atrás referidos formarem mesmo uma dedicatória a Aureliano, *Mirobriga* (Santiago do Cacém) pode ter assumido preponderância e haveria, assim, duas cidades eminentemente viradas para o comércio marítimo a lembrarem o imperador e a fazerem-se lembradas por ele. Objectar-se-á que *Mirobriga* não era uma cidade litoral; não o era, de facto, mas situava-se na retaguarda chegada do núcleo urbano situado em Sines.

O meu raciocínio vai, por conseguinte, no sentido de ver nesta dedicatória, descerrada aquando da inauguração do busto imperial no fórum da cidade, uma demonstração cabal de sintonia plena com o que se passava por todo o Império. Dedicatória que, como tem sido oportunamente assinalado, não pode deixar de se relacionar com IRCP 3, a dedicatória (hoje perdida) a um outro imperador, Valeriano, datada de pouco tempo antes, fins de 254 ou de 255, em que se decalcou a terminologia usada vinte anos depois.

A panorâmica dada das dedicatórias a Aureliano, que ora foi possível traçar, inda que não exaustivamente, corroborará, portanto, o que já em 1984 se concluíra:

Numa época de crise generalizada, provocada por invasões e pelas sucessivas usurpações do poder, Ossónoba afirma a sua lealdade a Roma, demonstrando, ao mesmo tempo, excelente funcionamento das instituições tradicionais; o monumento é erigido por decreto dos decuriões – ex decreto ordinis –, facto que justamente se realça pela utilização dessa fórmula por extenso. Foi certamente devido à sua posição estratégica – como posto avançado na entrada para o Mediterrâneo – e ao desenvolvimento do seu comércio, que Ossónoba teve tal florescimento nesta segunda metade do século III (IRCP, p. 45).

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Academia das Ciências de Berlim.
- CORELL, Josep, *Inscripcions Romanes de Valentia i el Seu Territori*. València, 1997.
- EDCS = Epigraphik-Datenbank Clauss / Slaby, acessível em <http://www.manfredclaus.de/gb/>
- EE = *Ephemeris Epigraphica*. Berlim.
- ENCARNAÇÃO, José d', «Aureliano homenageado em Miróbriga», *Arqueologia e História*, série 10, vol. 1/2, tomo 1, 1984-1988, 103-107.
- ENCARNAÇÃO, José d', «Miliários da Geira: informação e propaganda», *Cadernos de Arqueologia* 12-13 1995-1996 39-43. <http://hdl.handle.net/10316/28576>.
- ENCARNAÇÃO, José d', «Ecos sugestivos de fórmulas epigráficas romanas», in Salvador LÓPEZ QUERO y José María MAESTRE MAESTRE [edit.], *Studia Angelo Urbano Dicata*, Instituto de Estudios Humanísticos, Alcañiz – Madrid, 2015, 127-139. <http://hdl.handle.net/10316/29761>
- ENCARNAÇÃO, José d' *et alii*, «Digitalização de documentos epigráficos: em busca de um deus e de uma oferenda (IRCP 339)», *Antrope* 9, 2018, 20-34. <https://bit.ly/34fKsPh>
- ÉTIENNE, Robert, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, 1958.
- IRC = FABRE, Georges, MAYER, Marc et RODÀ, Isabel, *Inscriptions Romaines de Catalogne*: II. *Lérida*, Paris, 1985; IV. *Barcino*. Paris, 1997.
- HEp = *Hispania Epigraphica*, Universidade Complutense de Madrid.
- HEpOL = versão on line de *Hispania Epigraphica*, acessível em <http://eda-bea.es/>
- IGLÉSIAS GIL, José Manuel y RUIZ, Alicia, *Epigrafía Romana de Cantábrica*. Bordéus – Santander, 1998.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 2013: <http://hdl.handle.net/10316/578>.
- MATYSZAK, Philip, Recensão crítica ao citado livro de Alaric Watson: <https://www.unrv.com/book-review/aurelian.php> (acedi a 10-01-2021).
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica – II volume – Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 32002.
- SOTGIU, Giovanna, *Studi sull'Epigrafia di Aureliano*. Palumbo, 1962.
- VASCONCELOS; José Leite de, «Inscrição romana de Ossonoba», *O Archeologo Português*, V, 1900, 43-44.
- WATSON, Alaric, *Aurelian and the Third Century*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.
- WHITE, John F., *The Roman Emperor Aurelian, Restorer of the World*, Barnsley: Pen and Sword, 2015.